



Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-30

Posição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

1. Razões de uma posição

Estando em discussão pública a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-30 (doravante PCS), entendem as universidades representadas no CRUP exprimir a sua posição em relação a um documento que se prevê venha a configurar, em ampla medida, não apenas a resposta do País à crise pandémica e aos seus efeitos na economia e na sociedade portuguesas, mas também os caminhos futuros do nosso País.

Esta tomada de posição decorre, por um lado, da verificação de que as universidades são, em vários lugares do PCS, convocadas a assumir um papel relevante na estratégia de recuperação económica do País e, por outro lado, da necessidade de essa convocação atender às potencialidades das instituições e, também, às suas carências.

Face à pandemia, as universidades portuguesas estiveram na primeira linha de ação. Disponibilizaram os seus recursos humanos e infraestruturas para a resposta sanitária, complementando e reforçando a ação dos serviços de saúde. Apoiaram as populações idosas mais fragilizadas. Agregaram todo o potencial dos seus centros de investigação e inovação para o conhecimento e combate ao vírus e também para o apoio ao tecido empresarial e à sociedade em geral, com sentido de responsabilidade e de cumprimento de missão. Num

ambiente adverso, as universidades continuaram a laborar em pleno, reinventando o modelo educativo para contexto digital em tempo recorde e mantendo o seu compromisso educacional para com os estudantes e as famílias, ao mesmo tempo que desenvolviam esforços para reforçar o apoio social e psicológico às populações. As universidades portuguesas colaboraram, colaboram e colaborarão na recuperação económica e social do País e, por isso, nada do que diga respeito a este processo lhes deve ser estranho.

Neste contexto, seria incompreensível que as universidades não se posicionassem perante o PCS, que visa não apenas recuperar mas também transformar a economia nacional, aumentando-lhe a sustentabilidade, a resiliência, a inclusividade e a eficiência, de forma a vencer debilidades crónicas, afirmando Portugal como potência atlântica e dando-lhe coerência, futuro e estatura geopolítica.

No âmbito da Convenção Nacional do Ensino Superior – 2030, realizada ao longo do ano de 2019, e do Contrato de Legislatura celebrado em novembro passado, as universidades comprometeram-se com o alargamento da base social do ensino superior, com a intensificação da atividade de I&D, com a promoção de emprego mais qualificado, com melhor integração entre educação, investigação e inovação e uma efetiva articulação com o tecido produtivo e a administração pública, e, ainda, com o reforço e expansão da internacionalização do ensino superior e das atividades de I&D. O governo por seu turno garantiu previsibilidade e estabilidade no financiamento das instituições.

Todavia, o contrato de legislatura foi celebrado num contexto radicalmente distinto do atual, pré-pandemia e pré-crise. Quando o nosso País se prepara para fazer opções que em larga medida configurarão o nosso futuro, com um programa de estímulo sem precedentes desde a II Guerra Mundial, não podem as universidades, pelas expectativas que nelas são colocadas, ficar à margem das escolhas que Portugal vai fazer.

2. Alguns pressupostos relevantes do PCS

O PCS assume que a resposta do País à crise provocada pela pandemia deve passar por alterações no nosso “modo de organização, comportamentos e estilos de vida” e por uma “transformação da economia nacional”, evoluindo-se “para um modelo de crescimento mais

justo, próspero e eficiente, no uso regenerativo dos recursos e dentro dos limites dos sistemas naturais”.

O PCS propõe um conjunto de objetivos e eixos estratégicos, com impacto direto nas infraestruturas nacionais, na qualificação da população, no sistema de saúde, na transformação da indústria, na floresta, no mar, na agricultura e nas cidades, sem esquecer o setor social, a cultura, os serviços, o turismo e comércio. Reconhecendo a importância dos mercados, mas também as limitações dos modelos autorregulados, o PCS atribui ao Estado um papel ativo na salvaguarda do bem comum, corrigindo deficiências e disfuncionalidades e atuando quando necessário.

Como a economia e a transformação económica têm por base o conhecimento, o PCS reconhece o papel central das Instituições de Ensino Superior (IES), implicando todas as suas vertentes de missão.

A importância que o PCS atribui à qualificação e ao conhecimento mostra a centralidade das IES para o futuro do trabalho e do país. O défice de qualificação é visto como “um dos problemas estruturais mais persistentes do país e que condiciona significativamente os níveis de produtividade e crescimento económico e a capacidade de inovação e adaptação à mudança”.

A transição digital e as tecnologias em que se apoia são, segundo o PCS, essenciais para o desenvolvimento do país e catalisadores de uma revolução industrial em curso. O PCS defende um projeto nacional para completar as infraestruturas tecnológicas e de gestão “em escolas, universidades e centros tecnológicos e de investigação”, de forma a capacitar estas entidades. Pensando no futuro, o PCS propõe um investimento em ciência e tecnologia, através da capacitação de centros tecnológicos e de investigação aplicada, da afirmação de Portugal como centro de Engenharia, do investimento para investigação em Ciências da Saúde, da construção de uma nova relação com o mar.

O PCS sublinha o papel das empresas e a necessidade de investir na sua transição digital, modernizando os processos de trabalho e produção. As universidades têm-se mostrado capazes de contribuir para isso de forma decisiva, reconfigurando a sua formação avançada, melhorando a ligação com o tecido empresarial e ajudando a criar projetos conjuntos de alto valor acrescentado. Existe hoje uma relação de grande proximidade entre as universidades,

o mercado de trabalho, o setor empresarial e as regiões. Este conhecimento mútuo é um ativo a explorar. Apostar na cooperação entre estas entidades é acelerar o seu desenvolvimento e o desenvolvimento do país.

Esta **convergência entre o plano para a transformação da economia e as diferentes vertentes da missão das universidades não é coincidência**. Criar no país uma economia socialmente justa, digital, verde e competitiva tem de passar pela qualificação, pelo investimento no ensino superior, na ciência e na tecnologia e pela cooperação entre os diversos setores da sociedade.

3. Posição genérica do CRUP face ao documento

As universidades são o garante da capacidade de transformação do País.

Enquanto instituições abertas, orientam-se para as pessoas, possibilitando o seu desenvolvimento, capacitando-as tecnicamente, valorizando a formação ética e potenciando a criatividade. A ação das universidades é fator de mais elevada empregabilidade e retorno financeiro, de maior resiliência perante situações de desemprego.

A ação das universidades é também disruptiva: produz ciência que obriga a olhar o mundo de forma diferente, e fomenta a inovação, construindo pontes com o sistema empresarial e favorecendo a criação de novos processos e produtos.

A sua intervenção promove, ainda, uma cidadania plena, contribui para um país socialmente mais inclusivo, com maior coesão territorial.

O saber produzido nas universidades não alimenta um sistema endogâmico, é pelo contrário orientado para a melhoria das condições de vida das populações e para a sustentabilidade dos países e do planeta. É um espaço de comunicação com o mundo, centrado no contributo para a resolução de problemas. **O conhecimento científico e tecnológico produzido em Portugal, que é fator decisivo de transformação qualitativa da nossa sociedade e da nossa economia, é esmagadoramente devedor da atividade das universidades**. Em 2019, o setor do Ensino Superior, através das suas unidades de investigação, foi responsável pela execução de 40% da despesa com I&D no nosso País.

Em simultâneo, a universidade é uma instituição que tem na educação superior um eixo essencial da sua atividade. A sua missão orienta-se para proporcionar a todos um futuro

profissionalmente estimulante e para promover a capacidade de aspirar. **As universidades representadas no CRUP têm historicamente uma grande responsabilidade na educação superior dos portugueses. Em 2019, mais de 55% de todos os diplomas de grau atribuídos em Portugal foram-no pelas universidades representadas no CRUP.**

Neste contexto, as universidades representadas no CRUP revêem-se, genericamente, na natureza da resposta aos efeitos da crise pandémica que é proposto pelo PCS, na valorização da qualificação das pessoas e do papel do conhecimento na transformação da sociedade e da economia.

O aperfeiçoamento dos indivíduos e das sociedades é central na missão das universidades. **Para corresponder a esta visão, as universidades necessitam de ser dotadas dos recursos humanos e financeiros e das infraestruturas que lhes permitam cumprir adequadamente a sua missão.** As universidades têm tido a capacidade de, com sucesso, se autofinanciar em programas competitivos, na área da ciência e investigação científica; mas as universidades carecem do alargamento deste modelo, de programas competitivos de financiamento, à área da educação formal, além de um financiamento de base que lhes permita responder a necessidades urgentes de modernização.

Em vários destes eixos estratégicos previstos no PCS são relevados programas de investimento e iniciativas que requerem a intervenção do sistema de ensino superior e científico nacional. Na verdade, a universidade tem uma função fundamental a cumprir na transformação da sociedade. Enquanto instituições de cariz compreensivo, cultivando saberes que estruturam todos os eixos assinalados no PCS como estratégicos para o futuro do país (da indústria às pescas, da agricultura ao ambiente, da educação à cultura, da energia à mobilidade e à coesão territorial), **as universidades representadas no CRUP entendem que deve ser assegurada a sua elegibilidade em todos os programas que venham a corresponder aos eixos estruturantes do PRE.**

4. Propostas específicas do CRUP

Às universidades é requerido um papel central na promoção do desenvolvimento do nosso País, assente na superação do défice de qualificação da nossa população e na transformação

digital, ambiental e energética da nossa sociedade e da nossa economia, em direção a um Portugal mais sustentável.

No âmbito do contrato de legislatura, foi assumido o compromisso de promover o alargamento da participação de jovens no ensino superior, prevendo-se que, até ao final de 2023, 55% dos jovens de 20 anos estejam a estudar no ensino superior. Previu-se também o alargamento da participação de adultos, visando-se os 40% de diplomados de ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos em 2023. Através de projetos de investigação, inovação e desenvolvimento protagonizados em articulação com as empresas e a administração pública, as universidades estão comprometidas com a modernização da sociedade e da economia portuguesas.

4.1. Nos tempos desafiantes em que vivemos, metas desta natureza requerem novas respostas ao nível da oferta educativa das universidades. Precisam de medidas de apoio à atividade de investigação que nelas se desenvolve. Exigem também uma atenção nova à modernização das próprias IES. Reclamam, ainda, medidas de reforço da ação social direta e indireta.

O que sugere o CRUP? (considerando o eixo *Qualificação da População, Aceleração da Transição Digital, Infraestruturas Digitais, Ciência e Tecnologia*)

- *Ao nível da oferta educativa*
 - Desenvolvimento de projetos interinstitucionais, intitulados **Campus de Convergência**, focados na agregação de estruturas científicas e educativas de várias universidades, organizados em torno de desafios sociais/missões, visando a intervenção, desde já, em quatro domínios essenciais: formação de técnicos para a transformação digital e a transformação energética e ambiental; formação de quadros da administração pública; formação de professores; formação de profissionais da saúde;
 - Desenvolvimento de um projeto interinstitucional de **ensino a distância, em língua portuguesa**, visando atrair mais adultos para o ensino superior e permitir a projeção do ensino superior português nos países da CPLP;

- Programa de cursos de curta duração, ao nível da formação especializada e da pós-graduação, orientados para o aumento da **qualificação ou a requalificação de adultos**, designadamente no domínio das tecnologias digitais, visando a satisfação de novas necessidades da economia e da sociedade, em articulação com os empregadores, o MSESS e entidades do sistema científico-tecnológico;
- Programa de formação nas áreas tecnológicas da defesa e segurança e nos múltiplos domínios (terra, ar, mar, espaço e ciberespaço), tornando o país mais capaz e ágil na transformação e adaptação à mudança;
- Programa de **capacitação dos docentes do ensino superior** em competências digitais, orientado para reforçar a resposta das universidades ao desenvolvimento de atividades de educação tecnologicamente mediadas;
- *Ao nível da atividade de investigação*
 - Programa de **investimento em I&D nas universidades** e nas suas unidades de investigação, não só porque elas são as principais produtoras de conhecimento científico, mas também porque têm desempenhado um papel essencial na transformação da sociedade e da economia portuguesas, fruto das interações que promovem com as empresas, as associações setoriais e a administração pública; o reforço deste investimento é essencial para posicionar Portugal no contexto do Espaço Europeu de Investigação;
 - Programa de **simplificação e racionalização de procedimentos** de candidaturas acompanhamento e encerramento de projetos apoiados por programas de promoção da atividade de I&D, que permita:
 - A integral digitalização de processos de candidatura, acompanhamento e encerramento de projetos de I&D, reduzindo o esforço documental na fase de candidatura e melhorando as interfaces com os utilizadores;
 - Consolidar a transparência, simplicidade, eficiência e eficácia do processo de candidatura, com conseqüente celeridade nos processos de decisão e simplificando o acompanhamento de projetos;
 - A adoção de modelos de custos simplificados;

- *Ao nível das infraestruturas*
 - Programa de **modernização das infraestruturas das universidades**, requalificando os espaços pedagógicos e as tecnologias de suporte ao ensino e aprendizagem, garantindo uma evolução para soluções atrativas, sustentáveis e eficientes em termos energéticos.
 - Programa de **desenvolvimento de campi 4.0** para potenciar a requalificação das infraestruturas de rede, o *upgrade* das infraestruturas tecnológicas para tecnologia 4.0 e de Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA) nas práticas educativas e científicas, promovendo a evolução para novos conceitos de “sala de aula”;
 - Programa de apoio à **transformação digital das universidades**, de forma a sustentar formas mais efetivas de prover a educação a distância, reforçar o acesso a bases de dados internacionais, acelerar a desmaterialização de processos, aumentar a eficiência dos processos de gestão e assegurar a interoperabilidade dos sistemas de informação de todas as entidades do sistema de ensino superior, ciência e tecnologia;
 - Programa de apoio à **requalificação do edificado** das universidades, aumentando a sua eficiência energética e eliminando fatores de risco ambiental;

- *Ao nível da ação social*
 - **Alargamento da ação social** através do aumento do número e do valor das bolsas de estudo visando alargar a base social de recrutamento no ensino superior, garantindo que anualmente o valor despendido tenda a aumentar e não a diminuir;
 - Aumentar a capacidade e qualidade do **alojamento dos estudantes** universitários;

4.2 As universidades representadas no CRUP têm um papel insubstituível na formação de médicos e de outros profissionais de saúde. Fazem-no assegurando uma estreita articulação entre investigação e educação, na esteira das melhores práticas internacionais. A capacidade de resposta das universidades ficou bem patente na articulação que foram capazes de promover com as entidades do sistema nacional de saúde na resposta à pandemia e na reorientação da sua atividade de investigação.

O que sugere o CRUP? (considerando o eixo *Setor da Saúde o Futuro*)

- *Ao nível dos recursos humanos*
 - Programa de apoio à **modernização da formação inicial e contínua de médicos e de outros profissionais da saúde**, com a exploração de novos modelos educativos assentes na interdisciplinaridade e no envolvimento em atividades de investigação;
- *Ao nível da investigação e inovação*
 - Programa de apoio à **investigação em ciências da saúde, envolvendo trabalho interdisciplinar e colaborativo**, que permita alargar o conhecimento produzido neste domínio e, também, apoiar a atividade de translação de conhecimento e tecnologia para as entidades do SNS e as empresas que atuam no setor da saúde;

4.3 As universidades representadas no CRUP desenvolvem um vasto conjunto de iniciativas que, em interação com as empresas e a administração, contribuem diretamente para o desenvolvimento social e económico do País, orientadas também pelo compromisso de valorizar recursos endógenos e contribuir para a coesão social e territorial. Fazem-no desenvolvendo projetos de I&D&I, com grande impacto na atividade das empresas, da administração pública e do setor social.

A prossecução deste caminho requer, complementarmente ao proposto no ponto 4.1., a existência de programas de suporte à qualificação da rede de infraestruturas científicas e à formação de recursos humanos altamente qualificados.

O que sugere o CRUP? (considerando os eixos *Reindustrialização do País, Coesão do Território, Agricultura e Floresta*)

- *Ao nível das infraestruturas de investigação e inovação*
 - Programa de **reequipamento das infraestruturas científicas**, em convergência com as melhores estruturas europeias de investigação;
- *Ao nível das estruturas de investigação e inovação*
 - Programa de apoio ao **funcionamento das instituições científicas**, incluindo unidades de I&D, laboratórios associados e laboratórios colaborativos;
 - Programa de apoio aos **gabinetes e centros de transferência de conhecimento e tecnologia** para as empresas e outras entidades;
 - Programa de **apoio ao restauro de ecossistemas e incorporação de estratégias de economia circular** (produção de biomassa e energia) através de parcerias entre universidades, empresas e autarquias;
 - Programa de **parcerias entre universidades e setores da economia**, por exemplo, para promoção da agricultura, das cadeias curtas de abastecimento alimentar e dos sistemas alimentares locais, incentivando culturas de maior resiliência e resistência às mudanças climáticas;
 - Extensão da devolução de IVA às Universidades do IVA relativo à aquisição de equipamento científico;
- *Ao nível dos recursos humanos*
 - Programa de apoio à **formação avançada**, ao nível do mestrado e do doutoramento, desenvolvido no quadro de parcerias entre os centros de investigação, as empresas e a administração pública;
 - Programa de estímulo à **contratação de investigadores doutorados pelas empresas e pela administração pública**;

4.4. As universidades são instituições configuradoras das cidades e das regiões, desde logo pelo elevado número de pessoas que as integram (muitas vezes são as principais instituições dos territórios onde se encontram localizadas), e devem ser tidas em conta no desenho das

soluções urbanísticas e de mobilidade; podem também ter um papel essencial na qualificação dos territórios através da preservação e valorização do seu património documental e artístico. Acresce, ainda, que as universidades têm o saber acumulado e os recursos humanos essenciais à disseminação da cultura científica entre a nossa população. Estes factos abrem espaço para um novo conjunto de programas, em linha com o proposto no PCS.

O que sugere o CRUP? (considerando os eixos *Cidades e Mobilidade e Cultura, Serviços, Turismo e Comércio*)

- Programa de apoio à **construção e recuperação de residências universitárias**, de modo a duplicar-se a oferta de camas em residências de estudantes até 2030;
- Programa de articulação **campi – espaços urbanos**, promovendo uma integração mais harmoniosa entre as cidades e os seus *campi* universitários;
- Programa de apoio à **digitalização do acervo documental** das IES (arquivos e bibliotecas);
- Programa de apoio à **conservação e restauro do património das universidades**;
- Programa de **promoção da cultura científica**, com valorização de projetos científicos e tecnológicos orientados para os mais jovens e envolvendo a participação reforçada da sociedade.

5.

Os Reitores das universidades representadas no CRUP estão comprometidos com o futuro de Portugal e empenhados em colaborar numa transformação estratégica do país, e sublinham que sem instituições universitárias robustas, independentes e competitivas, estará em causa a possibilidade de um futuro melhor para Portugal.

Para tal devem ser dotadas dos recursos imprescindíveis ao desenvolvimento da sua missão. As universidades entendem ser esta **uma oportunidade para se visitar o Contrato de Legislatura**, através de uma adenda que contemple novos compromissos face às propostas agora apresentadas.

As universidades são responsáveis pela qualificação dos cidadãos, pela formação de lideranças em todos os setores de atividade, pela produção de conhecimento que possibilita a melhoria da condição humana e a sustentabilidade do planeta, pela promoção da cultura e pela criação de valor económico, colaborando ativamente com o tecido social, empresarial e industrial para o desenvolvimento e a riqueza do país.

Com este objetivo se têm comprometido e com ele se querem continuar a comprometer.

CRUP, 21 de agosto de 2020